

GRANDE EXPEDIENTE

Em tempos de obsessões obscurantistas e histerias conservadoras, impõe-se reafirmar a

DEMOCRACIA,

a soberania e o combate às desigualdades.

Em seu primeiro Grande Expediente este ano, Villaverde falará sobre a atual conjuntura política, marcada pelo clima obscurantista e pelas investidas conservadoras, que ameaçam a democracia, a soberania brasileira e os direitos históricos conquistados ao longo de anos de lutas.



15 de Maio



14 horas



PLENÁRIO 20 DE SETEMBRO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Parlamentar acompanha ex-vice-prefeita de Alegrete e presidente da CUT-RS em atividade na capital

Junto com a ex-vice-prefeita do Alegrete Preta Mulazzani, e com o presidente da CUT RS, Cláudio Nespolo, o deputado Adão Villaverde levou seu abraço ao senador Paulo Paim, que comemorou o aniversário domingo (6), na Casa do Gaúcho, em Porto Alegre. Paim foi reconhecido por sua dedicação mais recente à construção de uma “nova CLT” que revoga o desmonte da legislação trabalhista promovida pelas antirreformas do ilegítimo Temer [foto 1].

Villaverde e Preta também participaram de evento que debateu a conjuntura política nacional e regional, na noite de sábado (5), em um lotado salão de restaurante de Porto Alegre. A reunião congregou representativa participação de profissionais representantes de variadas áreas. Entre eles, o cientista político Benedito Tadeu Cesar; o professor Rualdo Menegat; a ex-secretária estadual da Saúde Sandra Fagundes; o ex-secretário estadual de Planejamento de Gestão João Motta; o ex-presidente da CEEE Vicente Rauber; o músico Bagre Fagundes, o representante da Uampa, Valério Lopes; entre outros [foto 2].

A agenda de encontros de Preta com militantes, no final de semana, incluiu visitas às comunidades da capital, na companhia do ex-ministro Miguel Rosseto. No espaço comunitário da Vila Cefer, na região leste, discutiram a inexistência de investimentos, especialmente nas áreas da infraestrutura (ausência de iluminação e saneamento) e da saúde (carência de medicamentos e falta de pessoal especializado) [foto 3].



MORADIA

Universitário serão ouvidos na Comissão de Educação sobre despejo na Casa de Estudante

Por requerimento do deputado Adão Villaverde a ameaça de despejo a moradores Casa de Estudante Universitário será discutida, no espaço de Assuntos Gerais da Comissão de Educação, na manhã da próxima terça-feira (15).

Sem condições econômicas de arcar com aluguéis de valores determinados pelo mercado imobiliário, jovens que recorrem ao amparo das conhecidas “Casas do Estudante”, bastante preocupados com a possibilidade real de despejo dos locais de moradia, pedem para serem ouvidos na Comissão.

“Julgamos que o pedido é particularmente importante para merecer a atenção da Assembleia Legislativa, considerando-se o significado social que a temática da moradia vem assumindo em nosso país”, destaca Villaverde.

Moradores organizados na CEUACA (Casa do Estudante Universitário

Aparício) informam que há ordens de despejo contra ocupantes de três imóveis destinados a este tipo de acolhimento que abrigam estudantes de várias universidades.

A CEUACA nasceu da organização de um movimento de estudantes que tinha como principais objetivos a assistência e a moradia estudantil. A entidade foi viabilizada com a doação de pais de estudante ao Estado de um prédio localizado na Rua Riachuelo, número 1355, no centro de Porto Alegre.

O prédio foi interditado pelo Corpo de Bombeiros por problemas estruturais, há cinco anos, e sem nenhuma reforma física teve seus moradores distribuídos em cerca de 10 apartamentos locados pelo governo estadual na região central da capital.

No último dia 5 de março a síndica do prédio de uma destas unidades da moradia estudantil, localizada na Rua

General Vasco Alves, número 243, apartamento 20, recebeu carta da Secretaria Estadual de Educação do RS comunicando que os moradores seriam realocados. A seguir, sem que nenhum agente do órgão estadual entrasse em contato com os moradores, um oficial de Justiça deixou o recado com a síndica de que os estudantes em breve seriam despejados, porque o dono do imóvel entrou com ação contra a Secretaria por falta de pagamento do aluguel. Disse que “somente não foi com um caminhão para retirar as coisas do lugar porque sentiu pena dos jovens chegarem e tudo ter sido levado para sabe-se lá onde”.

Passou-se um mês sem nenhum sinal de oficial de Justiça ou de novo prazo. Como a ação de contencioso tramita entre o proprietário do imóvel e a Secretaria, a CEUACA e os moradores não tem conhecimento da real situação do processo.

Pacientes e 'médicos' do planeta*

ADÃO VILLAVERDE**

Na sessão plenária do Parlamento gaúcho que aprovou a chamada “Lei da Reciclagem”, em abril, fiz questão de lembrar e referendar a expressão “profetas da Ecologia e médicos do planeta”, cunhada pelo saudoso Antonio Cechin para definir os nossos catadores. Rememorei tal consigna para referenciar o objetivo essencial de Cechin que era de valorização das funções social e ambiental que exercem os recicladores em seu trabalho com os rejeitos descartados pela sociedade.

Mas, reverenciado o autor da máxima tão generosa, também me propus a destacar a própria trajetória do marista que criou o primeiro galpão de reciclagem da nossa capital em 1987, portanto há mais de três décadas, e bem antes de se falar em separação ou coleta seletiva do descarte. Por todo seu acúmulo e pioneirismo no processo de limpeza das margens do Guaíba, nas ilhas que cercam a Capital, Cechin foi um dos inspiradores do projeto de lei nº 11/2010, construído por nosso mandato junto com as lideranças de entidades de recicladores.

Apresentada em 2010, a proposição legislativa cumpriu um trâmite demorado de oito anos, com uma maturação alongada pela negociação com governos já que trata da destinação dos resíduos do poder público estadual, direto e indireto. Após ser sancionada pelo Executivo, a nova lei contemplará a geração de emprego e renda e contribuirá para a preservação ambiental. Ainda

colaborará para a consolidação da cultura de separação dos resíduos no âmbito das instituições públicas. A nova lei assegurará a destinação dos resíduos recicláveis descartados às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis do Estado.

Para isto, estas entidades deverão ser constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham esta atividade como principal fonte de renda; não possuir fins lucrativos; e apresentar o sistema de rateio entre os associados e cooperados. Falecido em novembro de 2016, Cechin não pôde acompanhar no Legislativo a aprovação do PL, que agora passa a fazer parte de seu legado e beneficiará, indistintamente, médicos e pacientes do nosso planeta.

*Artigo publicado no jornal *Correio do Povo* em 8 de maio de 2018

**Professor, engenheiro e deputado estadual (PT-RS)

LOUCOS POR DEMOCRACIA
16 DE MAIO DE 2018 (QUARTA)
DAS 08H30 ÀS 20H30
TEATRO DANTE BARONE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Proponentes: deputados Adão Villaverde e Altamir Tortelli

PROGRAMA

8h30 - Cerejeira da RAPS: Sessão de Mercado Público de Porto Alegre em direção à Assembleia Legislativa do RS

Das 10h às 11h - Feira de Economia Solidária RAPS Paul Singer Local: Espaço da ALERGS

10h - Saúde mental no RS: debates e reflexões
Proponentes: deputados Adão Villaverde e Altamir Tortelli
Convidados: Daniela Ades (Jornalista e Escritora), Mariana Schneider (Promotora Pública), Paulo Mochini (Antropólogo - FGSM), Sandra Fagundes (Psicóloga - FGSM)
Local: Teatro Dante Barone da ALERGS

12h - Lançamento do e-book "25 Anos da Lei de Reforma Psiquiátrica do Rio Grande do Sul"
Organização: Simone Pacion, Sandra Fagundes e Carmen Oliveira

12h30 - Sessão de Autógrafos: Daniela Ades

Holocausto Brasileiro: Vida, genocídio e 68 mil mortes no maior hospital do Brasil
Todo Dia é Memória Mãe. A história não contada da boate Kiss

14h - Intervenção Cultural: *Não da Liberdade* Local: Teatro Dante Barone da ALERGS

14h30 - Resiliência, Liberdade e Cidadania: Saúde Mental e Vida
Coordenação: Ivete Guimarães do Franco (Psicóloga - FGSM)
Convidados: Roberto Zardo (Secretário Municipal de Saúde de São Leopoldo), Maria Botto (Presidente Sinal - SSIAS), Maria Letícia (Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre), Maria de Fátima Malacconi (Fonoterapeuta - FGSM), Carlos Duarte (Médico da Banca), Dora Luiz-Ribe Junior (Denunciante), Movimento Nacional da População em Situação de Risco se confirmar, Marcelo Montanari André (Povm Estadual de Resíduo de Dama, CRP/RS), e Renato Lopez (Revista Petros) Local: Teatro Dante Barone da ALERGS

16h - Intervenção Cultural - Monólogo: *Brasil Nunca Mais!*
Ação e Assalto de Teatro de Rua Cid Branco
Local: Teatro Dante Barone da ALERGS

17h - Palavra Aberta - Tribuna Livre Local: Teatro Dante Barone da ALERGS

18h - Narrativas de Loucura e Vozes de Liberdade
Coordenação: Marlon Farias (Associação Construção e Não da Liberdade)
Convidados: Moisés Mivale (Jornalista), Fátima Fischer (FGSM e Não da Liberdade)
Comitê de Direitos Humanos ALERGS- Fórum Parlamentar da Luta Antimanicomial
Local: Teatro Dante Barone da ALERGS

Apoio: GERAÇÃO, CRPS, FGSM, COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Folder da atividade traz programação completa no verso

LOUCOS POR DEMOCRACIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
Saúde mental no RS: debates e reflexões
16 de maio (quarta), às 10h
Proponentes: deputados Adão Villaverde e Altamir Tortelli

Teatro Dante Barone
Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
Praça Marechal Deodoro, 101
Porto Alegre - RS

Apoio: GERAÇÃO, CRPS, FGSM, COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Card da audiência pública proposta por Villaverde

Audiência pública proposta pelo deputado integra programação Dia Nacional da Luta Antimanicomial

No dia 16 de maio será realizada a audiência pública proposta pelo deputado Adão Villaverde (PT) para debater a saúde mental no RS. A atividade, aprovada na Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, integra a programação do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, celebrado em 18 de maio. O pedido de audiência foi feito a partir de solicitação do Fórum Gaúcho de Saúde Mental, que congrega entidades, profissionais e usuários da área.

Autor, em conjunto com a deputada Stela Farias (PT), da lei 14.783/2015, que incluiu a Parada Gaúcha do Orgulho Louco, realizada tradicionalmente em Alegrete, Villaverde destaca a importância de se debater, no âmbito do Parlamento gaúcho, questões ligadas à saúde mental. "Essa discussão é essencial e contribui para o enfrentamento do estigma do preconceito e para a melhoria das relações em sociedade", afirma o deputado.

CEEE-D – SALVAR A CONCESSÃO É CADA VEZ MAIS URGENTE

| por Vicente Rauber*

A situação financeira da CEEE-D continua cada vez mais crítica, acumulando dívidas e custos financeiros das mesmas, comprometendo o seu funcionamento e, por decorrência, o abastecimento de energia elétrica nas regiões sul e sudeste do estado, o que pode determinar intervenção da ANEEL. Com isto, há real possibilidade de perda da própria concessão, o que seria catastrófico para o RS, restando mais de R\$ 3 bilhões de dívidas sem coberturas. Entretanto, existem soluções

Há muito tempo temos alertado para o problema, qual seja, que a empresa Distribuidora do Grupo CEEE, a CEEE-D, necessitava de aporte financeiro, para poder cumprir com a sua finalidade.

Mais: apresentamos propostas de como resolver a situação, sem envolver um centavo do caixa do estado. Esta situação decorre de problemas estruturais históricos (dívidas trabalhistas, pagamento de aposentados ex-autárquicos e outros), aspecto que foi enormemente aprofundado com a privatização parcial e federalização parcial realizadas em 1996/7, e também decorre da brutal recessão vigente no país, reduzindo as receitas da Companhia Estadual de Energia Elétrica.

Diante do agravamento da situação, o Estado, sócio majoritário da Companhia e responsável por resolver a situação conforme cláusula do Contrato de Concessão continua insistindo que a única solução é a privatização ou federalização, já que não possui recursos para aportar e, se os tivesse, não poderia prejudicar áreas essenciais como saúde, educação e segurança. Pregam que é necessário reduzir o tamanho do estado!

A situação, de fato, é exatamente inversa. Senão vejamos:

A CEEE-D é uma empresa que acumula experiência e possui servidores muito capazes para prestar os serviços concedidos. Qual o único “ativo” (posse) que a empresa possui e que a permite um significativo valor. O seu Contrato de Concessão que dura até 2045 e até lá poderá realizar, assim que viabilizada, resultados positivos. Com a perda da Concessão, sobrarão mais de R\$ 3,0 bilhões de dívidas.

Quem comprará uma empresa prestadora de serviços públicos sem o devido Contrato de Concessão destes serviços ou com risco de perda deste Contrato? Portanto, seja para vender a empresa ou mantê-la, resolver esta questão é preliminar e urgente!

Quanto ao fato das estatais prejudicarem outras áreas essenciais como saúde, educação e segurança, esta citação não encontra respaldo na realidade. Ao contrário de retirar dinheiro do caixa do Estado, as estatais contribuem com este caixa lá depositando os seus excedentes de caixa

(enquanto não são usados) e o Banrisul contribui com significativos dividendos regularmente. No caso da CEEE, não há registro, desde a sua fundação em 1943, que tenha circulado em sua direção qualquer centavo do Estado, o contrário sim! Óbvio que não seria agora que isto aconteceria...

A situação se deteriora e a solução só torna-se cada vez mais difícil com a demora, à medida que, além do acúmulo de dívidas essenciais, estas geram multas e outros custos financeiros. As dívidas referem-se todas a pagamentos essenciais e legais: impostos, compra de energia, Fundação, fornecedores. A que tem se ressaltado a nível local é o atraso do pagamento do ICMS já recolhido dos consumidores, dinheiro que faz falta para o pagamento da folha de pagamento do Estado, o que é verdadeiro. É preciso dizer também que o Estado também não paga em dia suas contas de energia elétrica com a CEEE-D.

Os indicadores técnicos da qualidade de prestação dos serviços vinham até aqui evoluindo, entre outros aspectos, pela conclusão das obras e financiamento de obras remanescentes da gestão anterior. A partir de agora tendem a piorar, com a redução dos investimentos.

Diz a cláusula sétima do Contrato de Concessão: “A Distribuidora se compromete a preservar, durante toda a Concessão, condição de Sustentabilidade Econômica e Financeira na Gestão de seus Custos e Despesas, da solvência de endividamento, dos investimentos em reposição, melhoria e expansão, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos”.

A ANEEL poderá intervir a qualquer momento, seja por descumprimento do Contrato de Concessão, seja em decorrência do Art. 1º da Lei 12767/2012, que requer a intervenção por caducidade.

O que fazer?

Vamos relembrar nossas propostas.

1 - A CEEE-D é uma sociedade por ações (SA) constituída pelo Estado (66%), Eletrobras (32%) e outros. É da obrigação do Estado (Lei 6404/67) articular junto com o outro sócio Eletrobras uma solução. Em caso de perda da Concessão, a Eletrobras terá um terço dos prejuízos, portanto terá que con-

siderar este aspecto, principalmente porque pretende vender o seu controle acionário e qualquer comprador verificará o “risco CEEE-D” no negócio, desvalorizando-o. Não por acaso, a Eletrobras está resolvendo à parte a venda das suas distribuidoras no Norte e Nordeste, retirando-as da operação de venda de seu controle acionário. Na gestão passada, Estado e CEEE encaminharam União e Eletrobras, aumento de sua participação acionária no Grupo CEEE até os 49% de participação, proposta não respondida até o momento;

2 - Em qualquer país do mundo mais evoluído economicamente, as empresas que necessitam de aporte financeiro no curto prazo e que são viáveis no médio e longo prazos (como é o caso da CEEE-D) recorrem ao seu banco de fomento. No Brasil, foi constituído para esta finalidade o grupo BNDES/BNDESPAR, que, no atual governo reduziu suas operações, mas continua realizando operações. Acabou de assumir a gigante CEDAE, empresa de saneamento do Rio de Janeiro;

3- Em não sendo possível construir nenhuma alternativa através destes dois caminhos, também deve ser desde já avaliado como realizar a capitalização da CEEE-D no contexto do Grupo CEEE. Além da venda imóveis não vinculados às concessões, deve estudar-se como retirar recursos da outra empresa do Grupo, a CEEE-GT (Geração e Transmissão) que poderá realizar captações financeiras ou mesmo vender alguma de suas participações nas SPEs (Sociedades de Propósito Específico) de linhas de transmissão e usinas geradoras. Esta alternativa deve ser feita com muita análise para não inviabilizar esta empresa também.

Fonte: O presente texto foi redigido tendo como referência posição do PT sobre a matéria, cuja executiva manditou a sua Setorial de Energia e Recursos Minerais e a sua Banca Estadual manifestarem-se sobre o tema, tendo estes, em novembro de 2017, expedido o boletim “CONCESSÃO DA CEEE-D - A hora de garantir é agora”.

*Artigo publicado no jornal Sul21 em 7 de maio de 2018

** Ex-diretor presidente da Companhia Estadual de Energia Elétrica

Parlamentar acompanha visita do presidente da CAPES ao campus IMED em Passo Fundo

A IMED recebeu, na tarde de segunda-feira, (07) a visita institucional do presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Abílio Baeta Neves e do deputado Adão Villaverde (PT). Eles foram recepcionados pelo diretor-geral da IMED, Eduardo Capellari, pela diretora administrativa, Marilú Beninca De David, pelo diretor acadêmico, William Zanella, pela coordenadora de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e Pesquisa, Daiane Folle, e por todos os coordenadores e docentes dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da instituição.

A relação de Villaverde com a IMED é de longa data. Presidente da Assembleia, em 2011, e ex-secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Villaverde foi convidado para palestrar em painel

de um evento internacional sobre inovação, que a instituição promoveu em Passo Fundo. Em 2014, o vínculo aumentou ao ajudar, na construção institucional da autorização do MEC

para a implementação do curso de Medicina na IMED.

Durante o encontro, houve uma apresentação da IMED em números e de sua estrutura, além de ser ressaltada sua atuação no meio acadêmico e científico por meio da pesquisa e a busca pela transformação da região onde a instituição está inserida.

Conforme Folle, “receber o presidente da CAPES certamente é um marco para a IMED e para o reconhecimento da importante trajetória que viemos traçando no âmbito da pesquisa, em diferentes áreas do conhecimento. A IMED hoje, com seis programas de Mestrado Acadêmico vem trabalhando, fortemente, em busca da qualificação desses programas, do encontro de um ponto de equilíbrio na sua sustentabilidade, além da geração de impacto significativo na vida das pessoas que por aqui passam durante seu processo de formação. Esse é o nosso papel, inspirar para poder transformar.”

A IMED possui seis programas de



Mestrado Acadêmico recomendados pela CAPES, nas áreas de Direito, Administração, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Odontologia e Psicologia. Possui outros três projetos protocolados na CAPES em aguardo de julgamento e parecer final. Desde 2013 a IMED vem consolidando a sua marca e sua atuação que prima pela excelência acadêmica e o empreendedorismo, acreditando que a inserção da instituição no campo da pesquisa científica coloca a IMED em outro patamar de diálogo dentro da sociedade.

CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE

Com reforma trabalhista, sindicatos perdem 80% da receita no primeiro trimestre

FONTE: Rede Brasil Atual

No primeiro trimestre, as entidades sindicais perderam 80% de suas receitas e arrecadaram R\$ 34,6 milhões. Em igual período de 2017, segundo dados do Ministério do Trabalho, os sindicatos haviam recebido R\$ 170 milhões. De acordo com o Dieese, a queda se dá pela “reforma” trabalhista e o fim da obrigatoriedade do imposto sindical.

O diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, afirma que a contribuição sindical é a coluna vertebral do movimento e a nova legislação fragiliza as entidades. “A partir de agora, com a lei, os trabalhadores não têm mais o imposto descontado e quem quiser contribuir deve fazer individualmente. Isso é visto

na Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma medida antissindical, que constrange o trabalhador e pode tirar da base da empresa quem escolher ter vínculo com o sindicato”, explica, em entrevista à jornalista Marilu Cabañas, na Rádio Brasil Atual.

Para Clemente, essa fragilização tem como objetivo barrar a resistência dos trabalhadores na retirada de direitos e retrocessos previstos na nova legislação trabalhista promovida pelo governo Temer. Ele acrescenta que o momento exige que o empregado se sindicalize.

“Se o trabalhador não tiver a clareza que o sindicato é seu escudo de proteção, a lei auxilia na quebra dessa coluna. O momento é do trabalhador observar o jogo que o setor empresarial

faz e estar junto do sindicato. Se tem alguma crítica à entidade, vai na assembleia ou na diretoria reclamar, mas precisa estar junto ao sindicato”, diz Clemente.

O diretor técnico do Dieese lembra que só por meio da ação dos sindicatos foi possível obter conquistas no passado. “Veja se o trabalhador prefere ganhar o piso da categoria ou o salário mínimo, ou escolher entre a hora extra e adicionais ou o que está na lei. Um estudo do Banco Mundial mostra que os países sem sindicatos fortes são sociedades mais desiguais, ou seja, no mundo todo os sindicatos aumentam o padrão de direitos e de proteção social.”

Contra 'avanço da barbárie', juristas criam núcleo gaúcho de associação pela democracia

Dezenas de juristas e operadores do Direito nos setores público e privado participaram no início da noite desta quinta-feira (10), no auditório do Sindibancários, no Centro de Porto Alegre, da fundação do núcleo gaúcho da Associação Brasil de Juristas pela Democracia (AJBD), ligada a uma iniciativa de âmbito nacional formada para a defesa da democracia na esteira do processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT).

Segundo um dos organizadores da frente, o professor da PUCRS José Carlos Moreira, o objetivo da associação é promover ações no âmbito judicial, mas também extrajudicial, para fomentar a formação jurídica, política e democrática.

“O foco da associação é a defesa do estado democrático de direito, a defe-

sa da Constituição de 1988, dos direitos e garantias fundamentais. A ideia é fazer várias atividades em âmbito na-



cional e estadual, como, por exemplo, ações, representações, amicus curiae, cursos, informações, todo tipo de ação. Não adianta nada a gente ter uma formação jurídica técnica se ela não está comprometida, não está atrelada à de-

fesa da democracia, dos direitos e das garantias fundamentais”, afirmou Moreira. “A gente tem percebido que tem havido um divórcio dessas coisas no Brasil, uma coisa avassaladora, o que criou a necessidade de formar essa associação, que tem ramificações por quase todos os estados do País. Alguns desses estados se organizaram na forma de uma associação, outros na forma de grupos que vão evoluir para isso. O nosso, hoje, vai fundar a associação gaúcha”, complementou.

Outro dos organizadores, o advogado Mário Madureira avalia que o papel da instituição que surge é aglutinar os vários setores de operadores do Direito que já atuam em diversas frentes em uma associação que terá mais capacidade de confrontar as ameaças ao estado democrático de direito.

Sul21

Comissão de Valores Mobiliários abre processo para investigar venda de ações do Banrisul

A ofensiva jurídica que o SindBancários e a Fetrafi-RS lançaram para investigar a venda de ações do Banrisul pelo governo do Estado e pela atual diretoria do banco tiveram mais uma consequência nesta quinta-feira (10). A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com sede no Rio de Janeiro, oficializou a abertura de um procedimento investigatório para apurar o negócio com os papéis do banco público sem aviso ao mercado nos dias 10 e 27 de abril.

Na próxima segunda-feira (14), o presidente do SindBancários, Everton Gimenis, e o deputado estadual Zé Nunes (PT), coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Banrisul Público na Assembleia Legislativa, irão à sede da CVM no Rio de Janeiro levar novas informações sobre as operações de vendas dos papéis do Banrisul para serem acrescentadas ao procedimento já aberto.

Antes disso, já foram entregues representações para o Ministério Público de Contas (MPC), o Ministério Público do Estado (MPE), ao Tribunal de Contas

do Estado (TCE). A Frente Parlamentar em Defesa do Banrisul Público também busca assinaturas na Assembleia Legislativa para investigar a venda de ações. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) comunicou que já abriu processo administrativo a partir da apuração das entidades sindicais.

Para o presidente do sindicato, há lacunas que lançam sombras sobre a venda dos papéis. “Um governador é um gestor público. Ele não é um deus que pode fazer o que bem entende. Ele tem que respeitar leis. O mesmo podemos dizer da atual diretoria do Banrisul por outro viés. O dirigente de uma instituição pública não pode fechar os olhos e fazer o que o acionista maior manda. A diretoria do Banrisul, formada por funcionários do próprio banco, tem desempenhado um papel pífio na defesa dos interesses estratégicos do Banrisul, colocando a política e os interesses do partido do governador, o MDB, acima dos interesses de longo prazo do banco”, afirmou Gimenis.

PARTIDO

PT de Porto Alegre convida para filiação coletiva

Pela terceira vez em menos de um ano, o PT de Porto Alegre convida a militância e simpatizantes para recepcionar um grupo de 40 novos (as) filados (as) ao PT Porto Alegre. Convida teus amigos e amigas, leva tua bandeira e venha celebrar o crescimento da nossa resistência e enviar um lindo BOM DIA PRESIDENTE LULA, diretamente do Bar Ocidente, no bairro Bom Fim, a partir das 11h30.



3º ATTO DE FILIAÇÃO COLETIVA AO PT
Quarta, 16/05 a partir das 11:30
Bar Ocidente - Rua Oswaldo
Aranha, 960 - Porto Alegre



MPF e MP de Contas recomendam manutenção da concessão da TVE e FM Cultura com Fundação Piratini

Guilherme Santos/Sul21



O Ministério Público Federal (MPF), por meio do procurador regional dos Direitos do Cidadão do Rio Grande do Sul (PRDC), Enrico Rodrigues de Freitas, da procuradora federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), Deborah Duprat, e do PFDC Adjunto, Domingos Dresch da Silveira, em conjunto com o Ministério Público de Contas do Estado (MPC/RS), por meio de seu procurador-Geral, Geraldo da Camino, expediu recomendação ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul para que abstenha-se de transferir as concessões de radiodifusão de sons e imagens da Fundação Piratini (TVE/RS e FM Cultura) para a Adminis-

tração Direta do Estado do Rio Grande do Sul, bem como que permaneça executando os serviços através da Fundação Piratini.

O entendimento do MPF e do MPC/RS é de que o Estado do Rio Grande do Sul não comprovou como vai assegurar, com a extinção da Fundação Piratini e trans-

ferência das atividades desenvolvidas pela TVE e FM Cultura para o âmbito da Secretaria de Comunicação do Estado, o cumprimento dos princípios constitucionais da Comunicação Social, em especial as liberdades de manifestação, criação e expressão, bem como a plena liberdade de informação jornalística, uma vez que a execução dos serviços de radiodifusão internamente a um departamento de secretaria de estado pode transformar uma TV e uma Rádio públicas em TV e Rádio de governo.

Os procuradores concluíram ainda que a extinção da Fundação Piratini não atende a princípios da Administração Pública, como a eficiência,

economicidade e legitimidade, pois inexistem estudos técnicos específicos e aprofundados que fundamentem a justificativa do governo de que a extinção da fundação atende ao cumprimento de metas de controle de despesas de custeio e serviria para a reorganização administrativa. Da mesma forma, não foi indicado pelo Estado como se dará o aproveitamento dos recursos humanos e materiais, o tratamento dos compromissos assumidos pela entidade extinta, bem como a eventual necessidade de contratação de serviços privados para atender serviços suprimidos.

Além disso, recomendam que, caso o Governo do Estado permaneça interessado na extinção da Fundação Piratini, promova amplo debate social, inclusive com a realização de audiência pública e com apresentação do projeto a ser implementado para a execução dos serviços da TVE e FM Cultura.

A PRDC/RS e a PFDC também expediram recomendação para que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) abstenha-se de transferir as outorgas para o serviço de radiodifusão da Fundação Piratini para a administração direta do Estado do Rio Grande do Sul.

ARTIGO

A “nova” TVE não é pública, é do Sartori*

Antônio Escosteguy Castro **

Ainda repercute nos meios políticos e jurídicos do estado a medida liminar concedida pelo Tribunal de Contas em cautelar proposta pelo Ministério Público, que suspendeu o processo de extinção das fundações autorizado pela Lei 14.982/17. Aquela decisão, da lavra do Conselheiro Cezar Miola, determinou a realização de uma fiscalização in loco pela área técnica do TCE para assegurar-se de que de fato haja um

“plano de transição para a extinção das fundações” que assegure a continuidade dos serviços públicos por elas prestados, quase todos previstos na Constituição estadual.

Muito embora o centro da preocupação a ser protegida pela decisão acima citada seja a continuidade administrativa, não é demais observar, porém, que nossa Corte de Contas expressou suas reservas acerca da propalada economia a ser alcançada por ditas extinções, afirmação que os fatos insistem em não confirmar, como se viu da recente contratação da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) para calcular o PIB do Rio Grande do Sul pelo dobro do preço que custaria aos cofres públicos se dito trabalho fosse feito pela FEE...

Mas é no âmbito da continuidade dos

serviços prestados que este artigo se deterá, em particular em relação à TVE (Fundação Cultural Piratini), já que um dia antes da concessão da medida liminar do TCE, o Estado firmara o decreto 54.012, que reestruturava a SECOM (Secretaria de Comunicação) para que esta recebesse a rádio e a televisão educativas, assim que a extinção da Fundação fosse publicada. E o exame deste decreto 54012 é a comprovação de que a extinção da TVE fere a lei e a Constituição.

*Artigo publicado no jornal Sul21 em 27 de abril de 2018

**Advogado

Leia mais em <https://bit.ly/2K63wEn>

'Como defender meritocracia quando Brasil é o país que menos taxa herança?', diz discípulo de Piketty

Fernanda Odilla, Nathalia Passarinho e Luís Barrucho
Da BBC Brasil em Londres | 6 de maio de 2018

'Como é possível defender a narrativa de meritocracia quando o Brasil é o país que menos taxa herança?'

Aprovação é do economista irlandês Marc Morgan Milá. Nos últimos anos, ele vem investigando dados sobre a concentração de renda no Brasil para definir um retrato mais apurado da desigualdade no país.

"Se você ganhar uma fortuna de seus pais e essa fortuna é pouco taxada, como no Brasil, você já começa com mais vantagens na sociedade. Como falar de meritocracia? O que há é a persistência da desigualdade através de gerações", diz ele, em entrevista à BBC, durante o Brazil Forum UK, evento organizado por estudantes brasileiros na Inglaterra.

Uma das conclusões mais contundentes de seus estudos é de que a desigualdade no Brasil não caiu tanto quanto se imaginava nos últimos anos: na prática, argumenta o especialista, ela acabou ofuscada pelo enriquecimento dos mais ricos num ritmo superior ao dos mais pobres.

Nascido na Irlanda, Milá é aluno do francês Thomas Piketty, o economista que ganhou fama mundial com seu livro, o best-seller O Capital no Século 21, em que mostrou que o capitalismo vem concentrando renda.

No Brasil, a alíquota máxima do imposto sobre herança, o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação), de competência estadual, é de 8%. Mas a média cobrada é menor, de 4%, lembra o economista.

Já em outros países, como a Europa Ocidental, os Estados Unidos e o Japão, essa taxa é bem mais alta, de 25% a 40%.

Milá defende a implementação de um sistema de impostos de herança "progressivo".

"Ou seja, quanto maior a fortuna a ser recebida, maior a incidência do imposto", explica.

Isso não significa dizer que toda e qualquer herança deveria ser sobretaxada. O economista reforça que o imposto deveria variar de acordo com o montante recebido.

"Talvez seja injusto para famílias mais modestas pagar maior alíquota da herança. Mas a chave é a progressividade. Acima de determinado nível, tem que ser debatido se as taxas deveriam ser aumentadas e em até quanto. O problema do Brasil é que se aplica apenas uma alíquota, o que é muito limitante, independentemente do volume do patrimônio transferido", diz.

Milá lembra, contudo, que outras nações emergentes não cobram nenhum imposto sobre herança, como China, Índia ou África do Sul.

"Mas a pergunta que devemos nos fazer é: deveríamos seguir o exemplo deles?", questiona o economista.

Segundo ele, há uma associação direta entre a taxação de grandes heranças e a desigualdade.

"Há uma forte correlação entre como você regula a transmissão de riqueza e o desempenho dos indicadores de desigualdade de renda", diz.

Questionado pela reportagem, Milá argumenta que o caso vale inclusive para os Estados Unidos, que, embora longe de ser exemplo, ainda é menos desigual do que o Brasil.

"É importante lembrar que, durante as décadas de 50, 60 e 70, países como os Estados Unidos e o Reino Unido eram os que cobravam as maiores alíquotas sobre a herança, chegando a 70%-80% em alguns casos", explica.

O problema, segundo Milá, é que não basta aperfeiçoar a tributação sobre a herança se o sistema tributário não for reestruturado como um todo.

"Trata-se de apenas um ingrediente. No caso americano, por exemplo, essa taxação foi amplamente erodida ao longo do tempo. Hoje há várias lacunas que possibilitam aos mais ricos evitarem pagar um imposto maior."

No contexto brasileiro, além da alíquota única e baixa, o sistema tam-

CYNTHIA VANZELLA / DIVULGAÇÃO BRAZIL FORUM UK



Aqueles que ganham mais deveriam pagar uma fatia maior da sua renda. Esse é um elemento crucial. Estou falando do montante de imposto que você paga se a sua renda ultrapassar um determinado limiar"

Marc Morgan Milá

bém é falho, argumenta o economista.

"Não necessariamente a transmissão é feita quando da morte, mas pode ser feita por meio de 'presentes' e doações", acrescenta.

Na avaliação de Milá, "não queremos construir uma sociedade na qual as pessoas herdem fortunas e, por causa disso, não tenham que trabalhar, enquanto os outros não têm a mesma opção".

Leia mais em <https://bbc.in/2FNi7SI>